

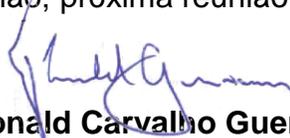
1 Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2020, às 9h, reuniram-se ordinariamente  
2 os conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do  
3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de  
4 videoconferência, utilizando-se da plataforma *Zoom Meeting*. **Participaram os**  
5 **seguintes conselheiros:** Tulio Bahia – IGAM; Leandro Vaz Pereira - Consórcio de  
6 Saneamento Básico Central de Minas CORESAB; Alvânio Ricardo Neiva Júnior –  
7 Prefeitura de Funilândia; Heloísa Cristina França Cavallieri – SAAE Itabirito; Rone  
8 Frank Silva – FIEMG; Lívia Mara de Oliveira Nogueira – VALE S.A; Ronald de  
9 Carvalho Guerra - Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São  
10 Bartolomeu - ADAF. **Conselheiros ausentes:** Leopoldo Ferreira Curi – Agência de  
11 Desenvolvimento da RMBH; Eric Alves Machado – Prefeitura de Contagem; Humberto  
12 Fernando Martins Marques – Prefeitura de Belo Horizonte; Marco Aurélio Andrade  
13 Correa Machado – Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo; Izabela Márcia  
14 Coelho de Abreu – ARSAE MG; José Mário Lobo Ferreira – EPAMIG; Valmir Valter  
15 Barral Júnior – Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios ADAO.  
16 **Participaram os seguintes convidados:** Fernanda Lobo - Agência de  
17 Desenvolvimento da RMBH; Luiza Baggio – Assessoria de Comunicação do CBH Rio  
18 das Velhas; Rubia Mansur; Thiago Campos, Ohany Vasconcelos – Agência Peixe  
19 Vivo; Dimas Correa – Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas. O coordenador  
20 Ronald Guerra inicia a reunião agradecendo a presença de todos. Ato contínuo coloca  
21 em pauta a **ata da reunião do dia 31 de agosto**, que é aprovada por unanimidade.  
22 Informes: Ronald fala da minuta de carta aos candidatos a prefeitos dos municípios da  
23 bacia, para que os mesmos possam alinhar seus planos de governo às propostas de  
24 gestão do CBH Rio das Velhas. Essa carta está sendo discutida individualmente em  
25 cada subcomitê e sendo adequada a cada realidade local. Entende ser uma boa  
26 oportunidade de trazer uma maior participação do poder público, com mais  
27 governança e efetividade. Este documento pode ser divulgado pelo site do comitê.  
28 **Avaliação do primeiro seminário de saneamento rural do CBH Rio das Velhas,**  
29 **realizado em 19 de outubro:** Tulio Bahia – IGAM considera muito bom o seminário.  
30 Lembra-se de sua apresentação com os dados e informações sobre o saneamento  
31 rural na bacia do Rio das Velhas. Lembra a palestra de Vitor Queiroz, com a  
32 pontuação das mudanças propostas para o saneamento no Brasil. Destaca entre  
33 essas mudanças a vedação do associativismo, que implica diretamente na proposta  
34 original apresentada por Helder Cortez, que discutiu o SISAR no Ceará, que é  
35 referência nacional e internacional em saneamento rural. Esclarece que o debate em  
36 torno de tal veto está em âmbito do judiciário, uma vez que existem casos, como o

37 próprio Ceará, de financiamentos internacionais. Entende que, apesar das metas  
38 colocadas pela ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) para universalizar  
39 os serviços até 2030, as novas mudanças, ao qual ainda não estão esclarecidas,  
40 muitas coisas ainda precisam ser discutidas. A única crítica que faz em torno da  
41 organização é poder dar uma antecedência maior na divulgação e informação do  
42 segundo dia de seminário, pois é uma pauta comum a outros comitês. De modo geral,  
43 foi uma proposta muito exitosa. Dimas Correa – Equipe de Mobilização também  
44 gostou do nível técnico do seminário. Informa que as apresentações foram bem  
45 direcionadas à realidade do comitê, pois os palestrantes receberam dados específicos  
46 da bacia. Lembra das dificuldades de realizar um webnário, inclusive do domínio da  
47 tecnologia para tal. Informa que os palestrantes do segundo dia (09 de novembro) já  
48 confirmaram participação e estão se preparando. Por fim, diz que, até o início desta  
49 reunião, 140 pessoas já haviam visualizado o webnário no *Youtube*. Ronald entende  
50 que a participação dos subcomitês poderia ser maior, pois apesar do curto tempo  
51 para divulgação, o evento foi debatido e construído durante um bom tempo, e tinha  
52 conteúdo para maior participação. Reforça a discussão a respeito do associativismo,  
53 que é fundamental para a gestão local do saneamento rural. Outro ponto importante é  
54 o sistema de cobrança dos serviços, que passará por reavaliação. Gosta da proposta  
55 feita por Vitor Queiroz de condicionar um percentual dessa cobrança à revisão  
56 tarifária no saneamento rural. Destaca também a privatização dos serviços e a criação  
57 de agências reguladoras municipais, que, ao seu modo de entender, correm o risco  
58 de sofrerem interferências políticas. **Discussão da proposta de Plano Plurianual de**  
59 **Aplicação dos recursos da cobrança 2021-2023 à luz das novas diretrizes do**  
60 **IGAM.** Ronald informa que tem participado junto à diretoria do comitê de reuniões  
61 para revisão e alinhamento do PPA à proposta de criação de métodos de avaliação  
62 de desempenho e execução do mesmo. Percebeu que mudanças mais conscientes  
63 seriam necessárias, para que evitar uma avaliação frágil deste desempenho. Diz que  
64 a nova proposta está ficando mais “enxuta”, visando melhor desempenho. Diz  
65 também que está em discussão a questão das demandas induzidas de projetos.  
66 Assim, a elaboração de um novo chamamento público estaria descartada,  
67 trabalhando então com programas de projetos, mais robustos, de acordo com o plano  
68 diretor da bacia, distribuídos entre as quatro macrorregiões da bacia, alinhados aos  
69 subcomitês. Diz que uma consultoria será contratada e oficinas junto aos subcomitês  
70 serão realizadas. A CTPC terá como atribuição discutir o que ele chama de  
71 “esqueleto” destes programas, para chegar a uma proposta mais adequada. Thiago  
72 Campos – Agência Peixe Vivo lembra que havia apresentado a primeira proposta do

73 PPA em agosto, que havia sofrido algumas adaptações sugeridas pelos conselheiros.  
74 Contudo, no início de outubro foi enviada uma nova proposta de trabalho do IGAM  
75 para os contratos de gestão, com indicadores bem diferentes daqueles ao qual o  
76 comitê e a agência já estavam habituados. Assim, entenderam que o PPA deveria  
77 passar por novas adaptações. Explica o indicador de gestão finalística, que tem como  
78 objetivo avaliar o cumprimento do planejamento e da eficiência da execução das  
79 atividades programadas. Fala da execução física e da execução financeira. Um  
80 subitem diz que, quanto maior o número de rubricas que for acionado no primeiro ano,  
81 maior a nota. O outro subitem diz sobre o total desembolsado de atividades pelo  
82 desembolso planejado naquele exercício. Assim, duas adaptações foram sugeridas,  
83 na distribuição dos valores em cada exercício e no número de rubricas. Reduziu pela  
84 metade o valor previsto para execução no primeiro ano e os redistribuiu no segundo e  
85 no terceiro ano. Lembra que o valor do documento leva em consideração a previsão  
86 de repasse. Entende que as metas propostas não levam em consideração o fato de  
87 que o desempenho da agência de bacia depende de arrecadação e do repasse do  
88 recurso, fatores que independem do esforço da entidade a ser avaliada. Assim, essa  
89 particularidade pode influenciar a avaliação de desempenho, pois os valores do PPA  
90 são “fictícios” dependendo de arrecadação dos recursos. Diz que as rubricas foram  
91 redistribuídas e reduzidas de 22 para 19. No mais, a estrutura do documento  
92 permanece inalterada. Assim, a justificativa de alteração gira em torno das mudanças  
93 propostas no plano de trabalho do IGAM. Leandro pergunta sobre o parcelamento  
94 proposto pelo Governo Estadual aos Comitês para o recurso que havia sido  
95 contingenciado. Ohany esclarece que, apesar de o comitê ter solicitado que o número  
96 de parcelas a serem pagas fosse 42, o IGAM propõe 62 parcelas. Ronald lembra que  
97 esse parcelamento afeta diretamente o desempenho da Agência e do comitê. Não  
98 está otimista, pois considera que novas negociações de parcelamento deverão ser  
99 feitas no futuro. Heloísa França – SAAE Itabirito entende que é temerário trabalhar  
100 esses indicadores sem a garantia de repasse e de pagamento do recurso  
101 contingenciado. Considera fazer um levantamento das rubricas investidas e fazer um  
102 planejamento em cima das metas alcançadas nos anos anteriores. Ronald considera  
103 importante essa discussão junto à diretoria do comitê, de avaliar os indicadores e as  
104 metas de forma proporcional, e lembra que o IGAM faz as proposições aos comitês,  
105 mas não faz auto avaliação de sua atuação. Thiago sugere à Câmara formalizar uma  
106 manifestação quanto a estes indicadores. Heloísa entende que os indicadores  
107 precisam avaliar o trabalho a partir das condições ao qual a Agência e o Comitê se  
108 encontram naquele momento. Ronald sugere uma moção a ser enviada à diretoria do

109 comitê com propostas de critérios mais dinâmicos de avaliação. Proposta aprovada.  
110 Lívia Nogueira – VALE S.A, solicita apresentação do *status* das ações e projetos em  
111 execução e a serem executados. Não havendo nenhum outro assunto a tratar, a  
112 reunião é encerrada. **Encaminhamentos:** Aprovar o PPA na próxima reunião e  
113 encaminhar ao plenário na sequência; formalizar junto à diretoria um manifesto a  
114 respeito dos indicadores propostos no plano de trabalho do IGAM; segundo webnário  
115 de saneamento rural em 09 de novembro; apresentação do *status* dos projetos  
116 hidroambientais na próxima reunião; próxima reunião em 30 de novembro.

117  
118  
119  
120



**Ronald Carvalho Guerra**  
**Coordenador da CTPC**